

Dia do MP

"O Ministério Público está onde o cidadão está e quando a sociedade mais precisa"

14 de dezembro

**DIA NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO**



ASSOCIAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



Ampeb faz campanha de valorização da Instituição em semana comemorativa

Em um ano marcado por tentativas de enfraquecer a autonomia e atuação das instituições que defendem os interesses da sociedade, a Ampeb fez uma campanha de valorização do Ministério Público para homenagear o dia da Instituição, comemorado em 14 de dezembro.

Na Semana do MP, comemorada entre 12 e 16 de dezembro, foi lançada uma série de matérias falando das atribuições do MP-BA com exemplos marcantes de atuação dos membros.

O Ministério Público tem como missão "Defender a sociedade

e o regime democrático para garantia da cidadania plena". Deste modo, e para cumprir com sua missão institucional, são inúmeras as áreas de atuação do MP: Cível, Fundações e Eleitoral; Consumidor; Criança e Adolescente; Criminal; Direitos Humanos; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Segurança Pública e Defesa Social.

Ao todo, foram produzidas 14 matérias, a partir de entrevistas concedidas por associados, que mostram a importância do trabalho dos membros do MP-BA para a sociedade.

Família – Núcleo de Paternidade Responsável do MP-BA é pioneiro no Brasil

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, houve uma mudança do paradigma da igualdade dos filhos. Antes, era possível ouvir expressões como filho legítimo e ilegítimo. No entanto, perante à lei, todos os filhos havidos, seja dentro do casamento ou fora dele, fruto de uma união estável, de um namoro, são iguais e é vedada qualquer discriminação entre eles, independentemente de sua origem.

Em 1992, veio a Lei de Investigação de Paternidade, onde foram previstos mecanismos para que o direito à identidade fosse garantido. O Núcleo de Paternidade Responsável do MP-BA (Nupar) surgiu em 2008 com essa visão, ampliando o programa Paternidade Responsável. Coordenado pela promotora de Justiça Joana Pedreira Philigret Baptista, há três anos, o Núcleo tem como foco o direito de família.

O eixo central da atuação do projeto é a ausência de registro,

mas ele também age na correção desses documentos, regularizando a situação cível dessas pessoas. Com um trabalho pioneiro no país, o Nupar é referência em todo o Brasil. Outros estados já se interessaram pelo projeto realizado na Bahia e visam replicar a iniciativa.

Nestes 17 anos de atuação na área, mais de 50 mil reconhecimentos de paternidade já foram realizados pelo MP-BA. “A maior parte deles foi resolvido administrativamente, sem precisar entrar com ações judiciais”, afirma Joana.

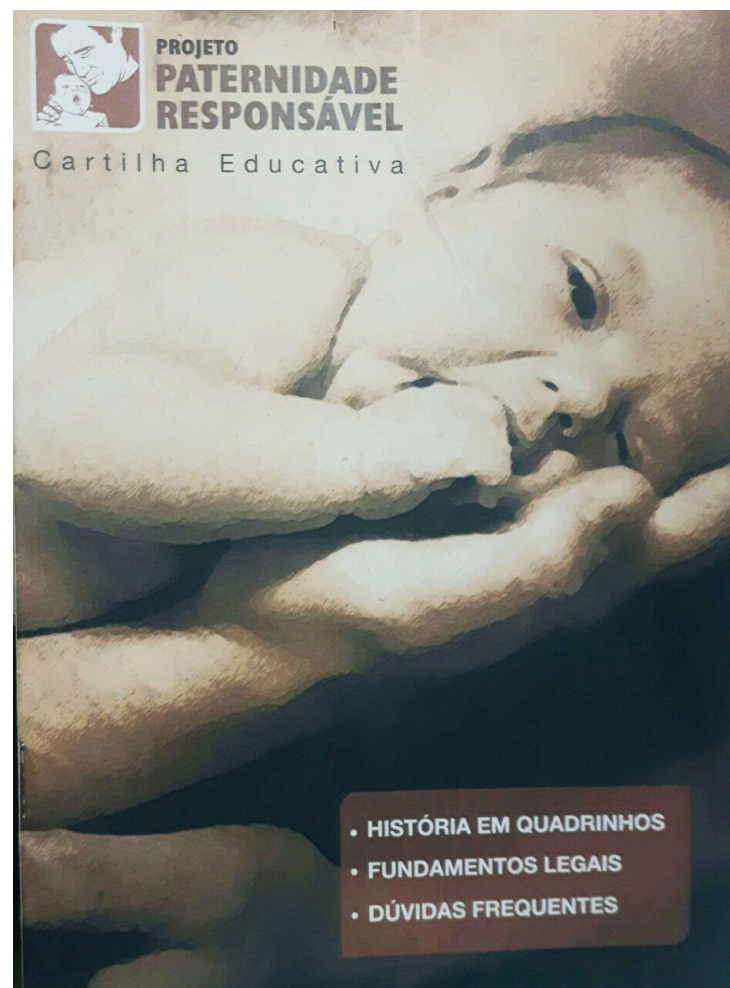
Realidade baiana – Ainda é grande o número de crianças e adolescentes matriculados na rede pública de educação, da Bahia, sem o nome do pai no registro. Por meio de Termos de Cooperação Técnica com as secretarias estadual e municipal de educação, todos os anos, após a matrícula, dados sobre a situação dos alunos são enviados ao Nupar.

Informações de 2016 mostram que, nas escolas municipais de Salvador, existem 8.620 alunos sem a paternidade reconhecida. Em instituições estaduais da capital, o número é ainda mais elevado: 18.761 alunos em cujos registros não há a identificação do pai.

No interior do Estado, os dados também são alarmantes. Nas escolas estaduais do interior da Bahia há 36.396 indivíduos nesta situação. “Ainda existe um número elevadíssimo de alunos na mesma condição, matriculados nas redes municipais dos outros 416 municípios do interior do estado”, informa Joana.

Importância do registro – Antes, havia um prazo de 15 dias para fazer o registro do bebê, se o pai não fizesse, a mãe poderia registrar sozinha. De acordo com a promotora, atualmente as coisas mudaram em relação ao registro sem o nome do pai, mas a qualquer tempo ele pode e deve ser feito. “Até 12 anos é mais simples registrar. De qualquer sorte, o provimento 28 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) facilitou bastante o registro tardio”.

Hoje, de preferência, os pais devem sair do hospital com o documento do filho, em mãos. Em Salvador, apenas quatro unidades de saúde possibilitam que isso aconteça.



Contudo, muitas pessoas, ainda hoje, não têm a consciência da importância do registro. “Enquanto a gente não registra os nossos filhos, eles não existem civilmente”, explica a coordenadora. “No interior, a gente recebe casos em que a família está com dificuldade de conseguir a certidão de óbito porque não tem a certidão de nascimento do indivíduo”.

Há alguns anos, vem sendo observado um decréscimo nesse número por conta das campanhas feitas. Sem registro, as mães não podem incluir os filhos em programas de assistência social, não podem matricular nas escolas, o acesso à saúde é dificultado, entre outros problemas. Neste ano, através do projeto, foram feitos mais de 5.000 registros civis, quase mil a mais que em 2015.

Ações de conscientização – São realizadas ações em diversos bairros e municípios para ampliar os serviços do Nupar e conscientizar a população. Inicialmente, são feitas reuniões, para apresentar o projeto, com todos os entes WhatsApp Image 2016-12-22 at 18.53.46envolvidos, como gestores escolares (coordenadores), Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e articulação com agentes comunitários.

Os representantes dessas entidades funcionam como multiplicadores do projeto e convocam os cidadãos para as palestras de sensibilização, ministradas pelos integrantes do Nupar. “Muitas vezes a maior resistência é da própria mãe. Ou porque não quer ver mais aquele homem com quem se relacionou, porque a relação acabou de uma forma ruim, violenta, ou ela já refez a vida com outro companheiro. Às vezes, a mãe não sabe onde está o pai, mas existem formas de localizar aquele sujeito”, diz. A maior dificuldade para localizar é quando a pessoa não sabe o sobrenome do indivíduo.

Para Joana, o reconhecimento passa por uma questão de cidadania, ancestralidade, de vínculo, de personalidade e, principalmente da necessidade de conhecer sua origem. “O que a gente tenta colocar é que o direito não é dela. É da criança. E aquela criança tem um pai. E tem direito a ser reconhecida por ele”, pondera.

O reconhecimento da paternidade também é feito nas unidades carcerárias e em situações em que o pai está em outro estado. Em alguns casos, a documentação é encaminhada ao pai, que devolve assinada ao Núcleo.

Reconhecimento de paternidade – O homem notificado a comparecer ao Nupar pode ter três tipos de reação: reconhecer espontaneamente, apresentar dúvida ou recusar injustificadamente. De acordo com a coordenadora, a maioria reconhece espontaneamente. Este ano, por exemplo foram

648 casos de reconhecimento de paternidade espontâneo, contra 146 que precisaram realizar exame de DNA.

Em caso de dúvida, há a coleta de material para a realização do teste. Através da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Governo da Bahia, um convênio foi firmado com o Grupo de Apoio à Criança com Câncer (GACC), e os exames são viabilizados de forma gratuita para as pessoas carentes. Se o cidadão se recusa a fazer o exame de DNA, sem nenhuma justificativa, pode ser considerado o pai.

Em casos de morte da figura paterna, o Núcleo viabiliza o exame de DNA pós morte. A mãe, os supostos avós e tios são chamados para a reconstituição genética. Em 2016, foram 35 registros de reconhecimento após o falecimento do pai.

Ações de investigação de paternidade ocorrem apenas em último caso. O Nupar ingressou com 20 ações este ano, 17 delas após morte do pai. “A gente quer muito mais do que um nome no papel. A gente quer o fortalecimento deste vínculo, resgatar esta ponte. Entre os que reconhecem a paternidade, temos como meta que em, pelo menos, 25 % dos casos sejam feitos acordos de alimentos, mas em geral conseguimos um índice maior: 35 a 40 % desses acordos”, completa.



Eleitoral – MP denuncia uso da máquina pública para autopromoção em Barreiras

“Estabelece a Constituição Federal que, entre outras atribuições, compete ao Ministério Público proteger o regime democrático de direito. Por esta razão, incumbe ao promotor eleitoral fiscalizar todo o processo eleitoral, visando garantir a normalidade e a legitimidade do pleito. Neste contexto, o MP atua resolutivamente, valendo-se, por exemplo, de reuniões e recomendações, bem como de forma demandista, judicializando sempre que necessário”, Ruano Leite, promotor de Justiça do MP-BA.



Nas últimas eleições municipais, os promotores de Justiça André Garcia de Jesus e Eduardo Antônio Bittencourt Filho, da Regional de Barreiras, ingressaram com uma ação de investigação judicial eleitoral contra o prefeito da cidade, Antônio Henrique de Souza Moreira, por suspeita de uso da máquina pública para obter benefício eleitoral.

A petição traz imagens do site oficial da Prefeitura Municipal

de Barreiras com a divulgação, no dia 20 de setembro, de um evento realizado no Colégio Padre Vieira, da rede Municipal da cidade, para anunciar cronograma de obras que ainda seriam realizadas. As notícias dão destaque à imagem do prefeito, candidato à reeleição.

O MP recebeu denúncia de que, antes do evento, os convites haviam sido distribuídos por cabos eleitorais e divulgados

pelo aplicativo de celular Whats App. A divulgação também foi realizada nas escolas, com convocação dos pais dos alunos.

Na ação, os promotores destacam disponibilização de uma escola pública e participação de profissionais de comunicação e funcionários públicos para realizar o evento e publicizar as ações da gestão. O documento diz que houve o uso sistemático da máquina administrativa para a veiculação de publicidade institucional vedada, pois poderia gerar benefício para o candidato.

Para Ruano Leite, a atuação do Ministério Público na prevenção e na repressão aos abusos eleitorais pode resultar até na cassação do registro ou do mandato do infrator, “evitando-se que maus candidatos reiterem as práticas ilegais também na gestão da coisa pública”.

Sob a forma de notícias, inúmeros atos administrativos foram divulgados na página oficial, com menção à figura do atual gestor. Esse tipo de prática causa desequilíbrio na disputa eleitoral. André Garcia afirma que a intervenção do Ministério Público em casos como este também tem efeito didático, para quebrar a má tradição existente na região.

“A vigilância do MPE, inclusive no período que antecede a “pré-campanha”, é fundamental para garantir que as eleições transcorram de forma justa e que o resultado das urnas espelhe a opção eleitoral popular pelo melhor administrador público, e não por aquele candidato que tem mais recursos ou que se aproveita de condutas ilegais”, esclarece Ruano.

Demissões em massa – Após perder as eleições municipais, o prefeito, que não conseguiu se reeleger, demitiu centenas de servidores públicos, incluindo os temporários, das mais diversas áreas. A justificativa dada pela Prefeitura foi a necessidade de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Resolução TCM/BA nº 1.311/2012.

No entanto, o município estava fundamentando seus atos pelo Decreto Municipal nº 430/2016, que “dispõe sobre medidas de ajuste de despesas e do orçamento do Município de Barreiras”, publicado apenas no dia 04/10/16, após as eleições.

A recomendação do MP a respeito das proibições contidas na norma eleitoral sobre a demissão ou exoneração de funcionários públicos foi ignorada e, mais uma vez, foi preciso interferência da Promotoria de Barreiras.

A representação do MP-BA contra o prefeito explica que a Lei nº 9.504/9 estabelece uma série de condutas vedadas aos agentes políticos em campanhas eleitorais, “visando coibir abuso de poder político e o desvirtuamento do uso da máquina administrativa, de modo a assegurar a igualdade de oportunidades entre os candidatos e a legitimidade do resultado”.

Entre as vedações, há a proibição expressa de nomeação, contratação, demissão sem justa causa e exoneração nos três meses que antecedem a votação e até a posse dos eleitos. O objetivo é evitar que os que estão no poder utilizem seu cargo para promover atos contra aqueles que não os tenham apoiado politicamente.

Ascom/Ampeb



Execução penal – Acompanhamento do MP permite melhoria da segurança pública



A Execução penal é apenas uma parte do processo penal. Após a condenação de um réu, cabe ao promotor de Justiça fiscalizar se o que foi determinado no julgamento será cumprido corretamente e em que condições isso será feito, baseando-se na lei 7.210/84. “Significa que é papel do MP acompanhar o caso para que o preso cumpra a pena e para que os direitos inerentes a seu cumprimento sejam garantidos”, afirma o promotor de Justiça Edmundo Reis.

Deste modo, o MP avalia a possibilidade de progressão de regime, de fechado a semiaberto, de acordo com o tempo de pena e comportamento dentro do presídio, e concessão de benefícios como liberdade condicional e indulto de Natal. Para cada três dias trabalhados, por exemplo, há redução de um dia da pena. Para cada 18 horas de estudo, o preso ganha um dia de liberdade.

Caso o preso manifeste comportamento negativo na detenção, pode haver regressão dos direitos adquiridos, um retrocesso.

É instaurado um procedimento administrativo para apurar o que aconteceu, com direito a advogado de defesa, além de discussão da sanção disciplinar que será sofrida pelo detento. “É importante escutar o comportamento carcerário para que o penitente faltoso sofra os rigores da lei”, explica Reis.

Em casos considerados extremos, quando o preso se naturaliza como liderança negativa, há o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). Neste tipo de regime, o detento tem direito a apenas duas horas de sol por dia, fica em cela individual e não tem direito a visita íntima.

Vida na cadeia – Outro papel do promotor de Justiça é fiscalizar as unidades penitenciárias. De acordo com Edmundo, são encaminhados relatórios mensais a Corregedoria-Geral local e relatórios trimestrais ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) a respeito da situação dos presídios baianos.

A lei de execução penal trata das garantias e deveres atribuídos

aos presos, respeitando o princípio da dignidade humana, assegurando acesso a saúde, educação, respeito e todos os direitos inerentes. “O objetivo é garantir que os direitos da pessoa humana não sejam atingidos pela privação da liberdade”, informa.

De acordo com Edmundo Reis, a cadeia é um microsistema social do que se é vivido do lado de fora das grades. “Nós temos nas cadeias crianças e mulheres que visitam seus cônjuges, pessoas com problemas de saúde, idosos. É uma repetição da nossa sociedade”, explica.

Deste modo, é necessário fiscalizar se o direito à saúde está sendo respeitado. O promotor verifica se há atendimento médico, odontológico, se os kits de higiene estão sendo distribuídos regularmente, além de averiguar se os medicamentos estão chegando para aqueles que estão em tratamento, a realização de exames, entre outros.

Transferência de presos- Quando há perigo iminente para a sociedade, por causa da situação do detento ou devido à grande influência de líderes de facções criminosas, o Ministério Público ⁽²⁾ pode pedir a transferência para prisões de segurança máxima.

Em 2008, por questões de segurança, o MP baiano conseguiu transferir o traficante baiano Genilson Lino da Silva, conhecido como Perna, para o presídio federal de Catanduvas, no Paraná, por meio de requerimento do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco). A cada 360 dias, há uma nova avaliação e o MP-BA se manifesta sobre a necessidade ou não da permanência do líder da facção Caveira, preso na “Operação Big Bang”, na unidade. O traficante Cláudio Eduardo Campanha da Silva, líder da facção criminosa Comando da Paz (CP), também foi transferido para o Paraná.

Outra transferência oportunizada pelo MP foi a de um dos maiores líderes do tráfico de drogas no recôncavo baiano, Adilson Souza Lima, conhecido como “Roceirinho”. O líder da facção Katiara foi transferido do Conjunto Penal de Serrinha para o Sistema Prisional Federal de Segurança Máxima do Mato Grosso do Sul.

“Aquelas lideranças negativas intermediárias das facções são mantidas na unidade de Serrinha, que é de segurança máxima”, informou o promotor de Justiça.

Ascom/Ampeb



Ações do MP-BA protegem patrimônio histórico-cultural em Xique-Xique e Gentio do Ouro

“O homo sapiens é biológico, pré-histórico. O ser humano contemporâneo é, essencialmente, um ser histórico, cultural. Ignorar a história e a cultura é negar a essência do ser humano moderno. Nesse contexto, a preservação do patrimônio histórico-cultural é um imperativo existencial humano, sob pena de desumanização”. É com esse sentimento que o promotor de Justiça baiano, Pablo Almeida, traça sua atuação na Instituição.

De acordo com Pablo, a preservação do patrimônio sofre com a especulação imobiliária e a falta de destinação de recursos públicos, cabendo ao Ministério Público empreender uma dupla cruzada, contra a ação dos interesses privados e contra a omissão e conivência dos Poderes Públicos.

Para proteger a história da Bahia, duas ações emblemáticas na área podem ilustrar o trabalho do Ministério Público nesta área. Uma aconteceu no município de Gentio do Ouro, em 2014, e a outra foi em Xique-Xique, no ano de 2015.

Gentio do Ouro - Quando a Prefeitura Municipal decidiu reformar a vila da cidade, o MP percebeu que as intervenções iriam descaracterizar o conjunto arquitetônico do lugarejo. O prédio da escola, a primeira construção da Vila, datando do final do século 19, seria derrubado para dar lugar a uma quadra poliesportiva. A população se mobilizou e houve intervenção

do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC).

Após ação civil pública ambiental do MP, para demolir ou alterar edificações históricas da Vila Gameleira do Assuruá ou realizar qualquer intervenção no entorno é necessária autorização do IPAC. O descumprimento de qualquer uma dessas determinações poderá gerar multa de R\$ 1 milhão, a ser paga pelo prefeito, bem como pelo Município.

Xique-Xique - Uma ação civil pública com pedido liminar, ajuizada pelo MP-BA, teve como objetivo garantir a proteção de imóveis históricos da zona central da cidade de Xique-Xique, na região do Vale do São Francisco.

Os prédios de números 132 e 144, na Praça Dom Máximo, estavam sob ameaça de demolição para construção de um empreendimento comercial. Apesar de não serem tombados, estudos do IPAC atestaram que os dois imóveis são de relevância histórico-cultural para a cidade. “É um trabalho de educação patrimonial, de conscientização, de criar e estimular a sensação de pertencimento, fomentando o dever de preservação e perpetuação”, pondera o promotor e afirma que o MP deve “fazer prevalecer o interesse coletivo”.

Ascom/Ampeb - Com informações do site do MP-BA



Foto: MP-BA

Programa ambiental coloca Teixeira de Freitas como referência nacional em reflorestamento



Programa Arboretum de Conservação e Restauração da Diversidade Florestal

Incremento de toda a cadeia de restauração florestal, mudança de visão das pessoas frente às florestas, complemento de renda para comunidades rurais, além da capacitação de estudantes de instituições de ensino locais. Estes são alguns dos impactos da implantação do Programa Arboretum, viabilizado por meio da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Promotoria Regional Ambiental de Teixeira de Freitas com empresas de celulose atuantes na região.

O Arboretum é um programa interinstitucional que tem como objetivo a conservação, restauração e valorização da Mata Atlântica e de sua diversidade, principalmente a arbórea. Tudo isso feito por meio da construção e difusão de conhecimento. Desde que o programa foi implementado, cerca de 463.000 mudas foram plantadas e mais de 1.000 imóveis rurais passaram por uma adequação ambiental.

“Além do Programa Arboretum já ser referência nacional no assunto, a ação da Promotoria de Justiça é uma das maiores do Brasil na adequação destes imóveis e colocou Teixeira

“O MP/BA está na vanguarda da defesa do Meio Ambiente. A atuação em defesa da Mata Atlântica, por exemplo, conta com o Núcleo de Proteção da Mata Atlântica (NUMA) desde 2005, com a especialização e atuações marcantes dos Promotores de Justiça”, Fábio Fernandes Correa.

de Freitas como referência nacional em estratégia de ações voltadas à restauração florestal” informa o promotor de Justiça Fábio Fernandes Correa.

Por meio do TAC, haverá o pagamento de R\$ 30 milhões, ao longo de 10 anos, voltados para o programa. O início das atividades da estrutura física com 2.800 m², chamada de Base de Conservação e Restauração Florestal, se deu no final de 2014, com uma inauguração que contou com a presença da Ministra do Meio Ambiente.

Os rumos do Programa são decididos por um Conselho Gestor formado pela Fundação José Silveira, responsável pela sua gestão administrativa e financeira, pelo Serviço Florestal Brasileiro, UNEB, EMBRAPA Tabuleiro Costeiros, Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora) do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, IFBaiano, SEMA/INEMA, órgãos ambientais estaduais.

Ascom/Ampeb

Número de registros de intolerância religiosa no MP-BA cresce em três anos

“A intolerância religiosa decorre, primeiro, do desconhecimento da crença, dos cultos, das práticas de outras religiões, e, depois, numa crença de que a sua própria religião é superior”, Livia Maria Santana e Sant’Anna Vaz.



Para proteger a igual liberdade de crença, o Ministério Público do Estado da Bahia conta com o Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação (GEDHDIS), que atua nas áreas criminal e cível. Entre 2014 e 2016, houve um crescimento significativo no número de registros de casos de intolerância religiosa, em Salvador.

Em 2014, o Grupo recebeu 10 denúncias. Em 2015, o número cresceu para 13 e, este ano, houve quase 60 registros. Destes, apenas um caso não estava ligado à religião de matriz africana. “Em muitos aspectos, chama-se de racismo religioso, porque está ligado à cultura e às práticas do povo negro, no Brasil”, esclarece a promotora de Justiça Livia Sant’Anna Vaz.

O Gedis atua nos casos de intolerância, seja por injúria qualificada, seja por um ato de discriminação religiosa, cujas leis são diferentes. Se for configurado crime, a requisição é enviada (1)encaminhada à delegacia de polícia para instaurar procedimento e é feita a investigação. Uma vez devolvido o inquérito policial para o GEDHDIS, é feita a denúncia criminal.

Eleições 2016 – Para garantir o direito à liberdade de crença, algumas ações foram realizadas ao longo de 2016. Pela

experiência de anos anteriores, foi expedida, antes das eleições, uma recomendação eleitoral, em conjunto com o procurador-regional eleitoral, para que os candidatos a cargos eletivos e também os partidos políticos respeitassem a igual liberdade de crença nas propagandas políticas.

“Em outras eleições, tivemos notícias de que alguns partidos e candidatos estavam pregando discurso do ódio a outras religiões”, afirma Livia e garante que a ação teve uma repercussão positiva porque, nessas eleições, não houve nenhuma representação envolvendo este tipo de situação.

Novembro Negro – No mês da consciência negra, foram tomadas duas medidas importantes voltadas para a proteção das religiões de matriz africana. Uma delas foi a publicação de uma Nota Técnica para todos os membros do MP da Bahia, que trata sobre limites sonoros em cultos dessas religiões. “Detectamos que, na prática, e isso tem acontecido não só na Bahia, mas também em outros estados brasileiros, pessoas estão se utilizando de um direito, como pretexto, que é o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, meio ambiente livre de poluição sonora, para praticar intolerância religiosa. E acabam fazendo isso por meio do MP”, explica a promotora.

A orientação na Nota Técnica, voltada para o público interno, é que o promotor, quando se deparar com um caso como este, verifique o direito de quem está do outro lado da denúncia: igual liberdade Intolerância religiosa de crença. Apurar se, no caso concreto, não há a intenção de inviabilizar as atividades religiosas por conta da intolerância. “Se os atabaques dos terreiros podem provocar poluição sonora, os sinos das igrejas também. O som mecânico de outros templos religiosos também pode provocar”, pondera.

Também no mês de novembro, foi expedida às Secretarias de Saúde Municipal e Estadual uma recomendação para garantir assistência religiosa em hospitais e ambientes de internação, garantia esta estabelecida na Constituição Federal. Em Salvador, isso não vem sendo respeitado de maneira igualitária para todas as religiões.

A recomendação foi enviada para que a legislação vigente seja respeitada e, assim, viabilize o acesso de líderes religiosos aos pacientes internados. De acordo com Livia Vaz, os pacientes é que optam pela religião que prestará a assistência, em caso de necessidade. Quando o paciente não tem condições de se manifestar, a depender do estado de saúde, os familiares podem fazer a escolha. “Como temos, historicamente, uma tradição cristã, essas têm tido acesso e as de matriz africana têm reclamado da dificuldade”, informou.

“Não há que se confundir assistência religiosa com pregação. É autorizar que determinadas entidades religiosas ingressem para assistir um paciente que optou por aquela religião. É assegurar a igualdade”, completa.

Ascom/Ampeb

ESTAR EM PAZ COM SUA FÉ É ACEITAR A FÉ DOS OUTROS.

Todo mundo quer mais igualdade. Por isso, seja qual for a sua religião, ela merece respeito. Diga não à intolerância religiosa.



Realização



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA
@mpdabahia
www.mpba.mp.br

Segurança Pública – Atuação articulada do CISP consegue resolver mais facilmente problemas de segurança pública



Há três anos, o Ministério Público deu o primeiro passo para a concretização de um projeto que visa promover a articulação, harmonização, mediação de relações e a integração das ações voltadas para a Segurança Pública e Defesa Social.

O Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (CISP) tem como mote a prevenção de violência através da implantação de colegiados que congreguem órgãos que atuam perante a Justiça Criminal, como MP, Poder Judiciário, OAB, Defensoria Pública; órgãos do sistema de defesa da social como Polícias Civil e Militar, Departamento de Polícia Técnica, Polícias Federal e Rodoviária e também outros órgãos estaduais, municipais e federais que atuam direta ou indiretamente na prevenção de violência e criminalidade.

O promotor de Justiça Gilber Santos de Oliveira, gerente do projeto, explicou que o CISP pode ser resumido em duas palavras: “articulação com vistas a integração”. O primeiro CISP regional foi instalado no município de Senhor do Bonfim, em 2013, e, hoje, já existem 29 comitês. “Minha missão como gerente era estender o projeto a mais regionais e fazer voltar a funcionar os que estavam desativados. Assumi em setembro de 2014 e, em 2015, já tinham 21 CISPs. Atualmente, existem 29. Um CISP por regional”, informa.

Funcionamento – Todo mês as instituições se reúnem para discutir os problemas que estão afligindo cada cidade ou região. Há um monitoramento do que foi discutido no mês anterior e, a partir das análises feitas, são lançados projetos

específicos para cada localidade a exemplo do ‘Projeto de vídeo e monitoramento nas ruas’. Cada área dá sua visão para resolver problemas específicos de segurança pública.

O programa congrega ainda associações como Conselhos de Segurança (Conseg), Ongs, entidades ligadas a esportes, que visam retirar pessoas em situação de risco e que vivem em locais mais vulneráveis ao envolvimento com o tráfico de drogas.

Ronda Maria da Penha – Na área de violência doméstica, algumas iniciativas estão sendo realizadas. Em várias cidades baianas, estão implantando a Ronda Maria da Penha, com ciclo de palestras educacionais e reflexivas para quem comete agressões contra as mulheres.

“A Ronda Maria da Penha funciona com a Polícia Militar, a Guarda Municipal, juntamente com os centros de referência da mulher. A Ronda não é só punitiva, ela é para ir na raiz do problema, verificar se aquela situação de violência persiste e, inclusive, para dar apoio também a quem agride. Para verificar o porquê das agressões”, explica o gerente.

Paz e Cidadania – Em Camaçari, foi implantado, sob a coordenação do promotor de Justiça Adalto Araújo Silva Júnior, o projeto Paz e Cidadania. Várias regionais já replicaram a ação, diante do sucesso obtido.

A partir de um levantamento criminológico e social do bairro ou complexo, são identificados os locais com maior número de casos de violência. Assim, o CISP delibera intervenção na área e propões que as instituições, de forma conjunta, façam intervenções diretas no local. O MP, por exemplo, leva o programa Paternidade Responsável; a Polícia Militar intensifica as rondas e assim por diante, promovendo uma articulação em

rede. “Cada um dando sua contribuição. A ideia é, após um período de 6 meses a um ano, fazer um estudo para comparar”, complementa.

Senhor do Bonfim – Uma ação em Senhor do Bonfim mostrou a importância da união de esforços e atuação articulada para diminuir a criminalidade. A Polícia Militar informou que tinha feito uma mudança na ronda rural para coibir crimes patrimoniais e até latrocínios.

Para isso, desativou um posto de policiamento de um distrito, transferindo os policiais da área, que passaram a fazer a fiscalização da região nas viaturas. De acordo com Gilber, em três meses houve a diminuição de crimes violentos, porém, aumento no número de furtos com a desativação do posto.

“Eram crimes menos graves e tinha como atacar esse problema de forma mais fácil por conta dos entes envolvidos”, acredita. Foi feita uma investigação e levantamento daqueles que estavam roubando, houve operação, prisão, e quem fazia os furtos foi retirado de circulação.

Serrinha – Em Serrinha, o primeiro ponto da pauta da reunião mensal é a análise do Crimes Violentos, Letais e Intencionais (CVLI), como homicídios, lesão seguida de morte, latrocínio. Eram analisados os homicídios (99% dos casos) do mês anterior e havia troca de informações entre as entidades participantes para ajudar a elucidar, prevenir. “Fazíamos a análise, no caso de homicídios, dos horários mais frequentes, locais, dias, e discutíamos a prevenção situacional do crime, voltada sempre para redução”.

Por Flávia Pinheiro – Ascom/Ampeb



JÚRI: No “Mês Nacional do Júri”, regional de Irecê realiza 25 júris

“A razão do Júri consiste na própria alma da democracia. Sociedade julgando a própria sociedade”, Aviner Rocha Santos



“Banalizou-se a vida, coisificou-se a existência. Estamos anestesiados em nossa capacidade de nos sentirmos indignados. Só resta às famílias vitimadas, após o perdimento de um dos seus, a esperança de uma punição real para o acusado, pena do recrudescimento do interesse pela vingança particular”.

Foi com esse sentimento que os promotores de Justiça do MP-BA Aviner Rocha Santos, Igor Miranda, Fábio Guimarães e Rildo Mendes de Carvalho, implementaram o projeto “Mutirão de Júris”, que teve início no mês de novembro, e realizou, em toda regional de Irecê, 25 júris.

De acordo com Aviner, que ingressou no MP-BA em março deste ano, essa experiência mostrou, principalmente, que o Ministério Público é mais forte quando se somam esforços e que um promotor de Justiça consciente do seu papel de agente de transformação social pode levar mudanças significativas para a sociedade. “E não só trazendo justiça em casos de violação da vida, imagensmas também trabalhando com a prevenção, afastando os adolescentes do sentimento de impunidade, do caminho da prática de atos infracionais (e futuramente de crimes) e, sobretudo, do tráfico de drogas”, completa.

Para realizar o mutirão, foi necessário aproximar o adolescente do Tribunal de Júri. Para isso, foram convocadas diversas escolas da região para presenciarem as sessões de julgamento. “Mostramos para toda sociedade da regional de Irecê que a razão do Júri consiste na própria alma da democracia. Sociedade julgando a própria sociedade”, disse o promotor

De iniciativa do Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (CISP), em parceria com o Judiciário, o mutirão tem o objetivo de diminuir o número de processos pendentes de julgamento, além de aproximar o Tribunal do Júri dos adolescentes, como forma de demonstrar o funcionamento do Poder Judiciário e de prevenir o cometimento de atos infracionais.

“Estivemos imbuídos do propósito que sempre orientaram nossas ações nesse ainda curto período na regional de Irecê, o de servir, e servir dando a nossa contribuição para uma sociedade mais justa, pois fazer justiça é o que importa, não a nomenclatura ou a atribuição do cargo que eu/você eventualmente exerça”, completou.

Sonegação Fiscal – Maior sonegador da Bahia teve prisão decretada



Combater crimes de sonegação fiscal é defender o erário público, significa proteger a sociedade e garantir que os recursos arrecadados não sejam desviados de sua finalidade.



O maior sonegador fiscal da Bahia teve sua prisão decretada no dia 22 de novembro, deste ano. A Promotoria regional de Feira de Santana fez um belo trabalho de investigação e requereu a prisão do empresário Marcos Augusto da Silva Rocha, coordenador de um esquema de sonegação de tributos na distribuição e comercialização de combustível.

De acordo com o promotor de Justiça Cláudio Jenner, titular da promotoria, há cinco processos envolvendo o grupo coordenado pelo empresário que estão correndo na 3ª Vara Criminal de Feira de Santana. A ação criminosa era realizada também em outros estados brasileiros. O estado de Pernambuco já havia decretado a prisão de Marcos. A partir daí, foi feito o pedido de prisão pelos promotores baianos e o juiz decretou a preventiva. Só na Bahia foram sonegados cerca de R\$ 474 milhões.

Alvo da Operação Etanol II, o empresário, que vinha se furtando a comparecer às audiências, foi transferido para a Bahia na semana passada (06/12). Para o promotor Cláudio Jenner, este é um caso emblemático, pois, em geral, as ações referentes à sonegação fiscal tendem a demorar e, nesta imagem (1) situação, pelo menos um dos processos terá sua conclusão acelerada.

Houve uma audiência no dia 12/12, segunda-feira, no mesmo dia em que foi inaugurado o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA), em Feira de Santana. “A audiência foi referente a um dos cinco processos, mas já é um avanço muito grande”, disse Cláudio que informou que ainda falta algumas diligências da defesa, antes das alegações finais. A previsão é que o desfecho do caso seja em fevereiro de 2017.

Um próximo passo, é buscar a recuperação de parte do débito. “O grande montante sonegado poderia estar sendo aplicado para beneficiar a sociedade”, pondera Jenner e completa dizendo que a possível condenação do réu vai gerar um efeito positivo com relação a outros sonegadores de que não há complacência para quem comete esse tipo de crime.

Aturam neste caso os promotores de Justiça de Feira de Santana, Cláudio Jenner e Semiana Cardoso, e do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo (Gaesf), Luís Alberto Vasconcelos, Vanezza Bastos e Renata Bandeira.

Combate à corrupção – Operação ADSUMUS identifica prejuízo de R\$ 20 milhões para os cofres públicos municipais

“Ao Ministério Público incumbe a defesa do Estado democrático de Direito, sendo, na Constituição Federal de 1988, a instituição vocacionada ao combate da corrupção. Dessa maneira, TODOS os membros, independente da repartição de atribuições, deveriam atuar no controle do Estado, propiciando o eficiente enfrentamento da corrupção. Para tanto, é preciso avançar para uma atuação una, orientada para a consecução da desejável prioridade institucional de defesa da moralidade administrativa e do patrimônio público, através de ações articuladas, do aparelhamento dos seus órgãos auxiliares e de ações coordenadas com as demais instituições fiscalizadoras”. Laíse Carneiro – promotora de Justiça do MP-BA



A operação ADSUMUS do Ministério Público baiano, realizada nos municípios de Santo Amaro, Lauro de Freitas, Camaçari e Salvador, investigou crimes de fraude em licitações, peculato, lavagem de dinheiro e associação criminosa na montagem e execução de um esquema fraudulento que teria causado um prejuízo de cerca de R\$ 20 milhões para os cofres públicos municipais.

Um grupo de empresas estava sendo favorecido na compra de materiais e locação de máquinas, para serem utilizadas em obras prorrogadas indefinidamente, sem justificativas plausíveis. Através da operação, foram identificados 20 contratos, firmados entre 2011 e 2015, que se referem desde reformas de escolas à construção de creches. Foi constatado um total de 18 obras inacabadas, cujos valores contratados estavam incompatíveis com o estágio e a dimensão dos empreendimentos.

Importância da operação – O promotor de Justiça de Santo Amaro, Aroldo Pereira, disse que o principal legado da ADSUMUS é trazer um efeito pedagógico sobre a conduta de agentes políticos, empresas e a própria sociedade.

“A repercussão de uma investigação criminal, principalmente contra pessoas de elevada posição político-econômica, causa uma diminuição do sentimento de impunidade, e, por conseguinte, acaba acarretando uma mudança gradual de comportamento, pois inibe a repetição de práticas ilícitas, ante a real possibilidade de punição de quem quer que seja. É um grande recado”, declara.

“Operações como a ADSUMUS reafirmam a missão constitucional do MP/BA de combater o crime em todas as camadas sociais e, sobretudo, dentro da Administração

Pública, zelando pela moralidade e eficiência no trato da coisa pública”, afirmou o promotor de Justiça João Paulo Schoucair, um dos articuladores da operação.

Necessidade de apoio institucional – O êxito de operações no combate à corrupção depende do uso de múltiplas técnicas de investigação e atuação integrada. João Paulo Schoucair e Aroldo Pereira acreditam que, para ter sucesso e realizar novas investigações similares, é necessário o apoio da Instituição.

Para Aroldo, a exigência de uma atuação mais enérgica dos promotores de Justiça demanda um apoio firme e o constante aprimoramento dos órgãos técnicos e de inteligência à disposição dos envolvidos na persecução penal. “No caso específico da ADSUMUS, o ciclo de investigação foi paradigmático devido à aproximação e contato direto dos órgãos de execução (MP-SANTO AMARO e GAECO) com os setores técnicos (CSI, CEAT, CAOCRIM), o que resultou num conjunto probatório robusto e contundente”, informou.

Além disso, para que as ações não continuem acontecendo de forma tímida, é necessário “ampliar o entendimento do alcance de nossa missão constitucional, bem como empoderar e encorajar os promotores, a fim de que tenhamos maior motivação para a exercício de nossas atribuições em defesa da sociedade”, pondera Pereira.

De acordo com Schoucair, os desdobramentos da operação estão sendo pavimentados em vários municípios, diante da recente decisão de compartimento de toda prova produzida, no estado da Bahia Estado e na esfera federal, com apoio do CSI, CEAT, CAP, CAOCRIM, GAECO, Assessoria Criminal e PGJ.

Ascom/Ampeb



Saúde – Capital baiana recebe 1º Centro de Referência para Autistas



É papel do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública responsáveis pela promoção, proteção e recuperação da saúde.

Foi inaugurado no dia 28 de novembro, deste ano, o Centro de Referência Estadual para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (CRE-TEA). Salvador foi a primeira cidade do país a receber um local que ofereça tratamento multiprofissional para este tipo de distúrbio neurológico. Além do atendimento à população, o centro vai funcionar como espaço de capacitação de profissionais voltados para a área.

A viabilização deste centro, localizado no Campo Grande, só foi possível graças à atuação do promotor de Justiça da Bahia, Carlos Martheo. De acordo com Martheo, todos os termos de referência, com especificações importantes sobre o serviço a ser prestado, foram criados dentro do Ministério Público do Estado da Bahia.

A previsão é que sejam atendidos 200 pacientes por mês por uma equipe formada por assistentes sociais, educador físico, enfermeiro, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos,

musicoterapeuta, nutricionista, pedagogo, psicólogos e terapeutas ocupacionais. Serão cerca de quatro mil procedimentos por mês. Há ainda duas salas, Sala Corpo e Movimento e Neurosensorial, totalmente equipadas para trabalho com os sentidos e com a sensibilidade das crianças. O projeto, com investimentos de R\$ 7,2 milhões, faz parte de um convênio entre o governo estadual e a Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil.

Pelo trabalho em prol da saúde das crianças na Bahia, a Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil entregou ao promotor de Justiça Carlos Martheo uma placa agradecendo pela “dedicação, comprometimento e empenho para a realização desta obra, que será de grande valia para milhares de famílias de toda a Bahia”.

Ascom/Ampeb



Criança e Adolescente – Trabalho conjunto do MP e outras instâncias implanta Centro Integrado da Infância e Juventude em Conquista

As Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude defendem os direitos das crianças e dos adolescentes.



No ano passado, a cidade de Vitória da Conquista implantou o Centro Integrado dos Direitos da Criança e do Adolescente, que reuniu, em um só lugar, diversos serviços socioassistenciais para crianças e adolescentes. De acordo com o promotor de Justiça da região, Marcos Coelho, a concretização do projeto foi fruto de empenho do MP, junto ao prefeito e governador, na época, para cessão do prédio escolar onde o centro foi implantado.

O Centro Integrado abriga a Vara da Infância e da Juventude, o cartório para atendimento à Vara, a Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude, o Núcleo da Defensoria Pública, o Conselho Tutelar, programas Família Acolhedora e Novo Olhar, os conselhos municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente, Portal de Acolhida de serviços de saúde, educação e assistência social, além da brinquedoteca do Núcleo de Inclusão Pedagógica da Rede Municipal de Educação.

As ações dos promotores desta área de atuação têm como objetivo incentivar a implantação de políticas públicas voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes e implantação, estruturação e fortalecimento dos Conselhos de Direitos, Tutelares e Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); combater a evasão escolar e à violência, inclusive sexual, contra crianças e adolescentes; realizar atendimento a adolescentes autores de ato infracional e fiscalizar as unidades destinadas ao cumprimento de medidas socioeducativas; além de acompanhar crianças e adolescentes institucionalizados e fiscalizar a rede de acolhimento institucional.

Ascom/Ampeb

Com informações da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

Educação – Campanha de educação inclusiva do MP-BA é modelo para outros estados

TODAS as escolas são para TODOS os alunos.

Todo mundo cresce com as diferenças. Quando há um aluno com deficiência na sala de aula, todos aprendem a lidar com as próprias dificuldades e a respeitar os outros. São motivados ainda a exercitar a solidariedade e a superação. É por isso que a educação inclusiva é um dever da escola e direito das crianças, adolescentes e adultos com deficiência. A construção de uma sociedade mais justa tem que começar na escola.

Em casos de desrespeito à lei, procure a Promotoria de Justiça da sua cidade.

www.mpbahia.org.br /mpdabahia
www.mpbahia.org.br

MP MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

“Ao MP cabe garantir que as pessoas tenham seus direitos reconhecidos, principalmente direito à educação que é fundamental”.
Cíntia Guanaes

A Atuação do Ministério Público na defesa da educação, e mais precisamente na educação inclusiva, tem sido de grande importância para a sociedade, pois fiscaliza Conselhos de Controle Social Municipal, o FUNDEB e instituições de ensino da rede pública, além de realizar articulações para garantir a implementação das políticas públicas da área educacional.

Após um levantamento de demanda, acerca de recusas de acesso à escola por parte de pessoas com deficiência ou ausência de uma oferta adequada de adaptações, material didático e profissionais de apoio, o MP baiano lançou, em 2014, uma campanha que se chama: Todas as escolas são para todos os alunos.

A campanha visa sensibilizar a sociedade para garantia do direito da educação inclusiva. De acordo com a promotora de Justiça Cíntia Crusoé Guanaes, gerente do programa, foram realizados vários seminários para discutir o assunto e recomendações foram expedidas para garantia de acesso dessas pessoas à escola. “A gente também abriu inquérito civil para apuração da oferta de um atendimento educacional especializado na rede pública de Salvador, tanto estadual, quanto municipal”, afirmou Cíntia.

A ação do MP possibilitou a inclusão em instituições de ensino de um profissional de apoio para o aluno com deficiência, que garanta sua assiduidade numa escola regular. De acordo com Cíntia, o MP conseguiu expandir a oferta deste tipo de profissional. Foram contratadas quase 150 pessoas a mais este ano. “Entramos com uma ação civil pública, no fim do ano, para que mais profissionais sejam contratados e, assim, garantir o direito das crianças com deficiência não somente a ser um número em matrícula, mas estar na rede regular com direito a permanência aprendizagem de fato, uma educação plena”, declarou a promotora.

Para a gerente do programa, a importância desta atuação do MP está na invisibilidade que as pessoas com deficiência têm, principalmente na rede de ensino. “Hoje a política nacional garante que a pessoa pode estar e deve estar na rede regular de ensino e não mais segregada em escolas especiais. Ao MP cabe garantir que essas pessoas tenham seus direitos reconhecidos, principalmente direito à educação que é fundamental”.

A campanha do MP já foi replicada em outros estados. O Espírito Santo e Distrito Federal já fizeram e no final de novembro deste ano, Cíntia apresentou o projeto no MP do Rio de Janeiro, em um seminário estadual.

Objetivos do Milênio – Outro programa importante da área é “O Ministério Público e os Objetivos do Milênio: Saúde e Educação de Qualidade para Todos”. O projeto visa analisar condições de unidades escolares e de saúde na Bahia, através de visitas realizadas por membros do Ministério Público e sociedade civil organizada, de modo preventivo, proativo e permanente.

O programa “O MP e os Objetivos do Milênio” foi criado em 2008, com a proposta de atender às diretrizes da Declaração do Milênio, elaborada em 2000 pelas Nações Unidas. Sua metodologia consiste em visitas de equipes multi-institucionais aos estabelecimentos municipais e estaduais de educação e saúde, e aplicação de formulários previamente elaborados contendo perguntas sobre cada área. Posteriormente são identificados, listados, fotografados e filmados os problemas encontrados e também os aspectos positivos. O objetivo é efetivar os direitos de cidadania de crianças, adolescentes e enfermos, contribuindo para a prestação de serviços de qualidade nas áreas de saúde e educação. (Com informações do site do MP-BA)

Vídeo da campanha:
http://milenio.mp.ba.gov.br/?page_id=2988

Ascom/Ampeb

Educação Inclusiva:
TODAS as escolas são para TODOS os alunos.

MP MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Defesa do Consumidor – Ação do MP-BA melhora qualidade do transporte público em Feira de Santana

Na esfera do consumidor, o MP busca equilibrar as relações de consumo em diversas áreas: educação, saúde, telefonia, água e saneamento, serviços bancários e públicos, além de defender a sociedade contra a comercialização irregular de alimentos, medicamentos e gás de cozinha, pirataria, adulteração de combustível, abate clandestino de animais.



Uma ação do Ministério Público baiano, iniciada em 2014, resultou em grande avanço na qualidade dos veículos e acessibilidade do transporte público em Feira de Santana. O desfecho da investigação se deu no início deste ano.

O promotor de Justiça Sávio Damasceno verificou que o serviço de má qualidade prestado pelas duas empresas de ônibus era resultado de um problema ainda maior: má gestão do contrato de concessão por parte da administração pública. “As

concessionárias executavam o contrato da forma como bem entendessem sem que sequer houvesse qualquer mecanismo de controle se aquilo estava sendo feito da forma correta ou não”, afirma o promotor.

Quando a ação foi iniciada, os veículos que atendiam a população de Feira estavam sucateados, infringindo as normas de segurança, sem conforto algum para os usuários e não adaptados aos deficientes físicos. Além disso, as rotas

percorridas e frequência de parada nos pontos não atendiam a população de forma satisfatória. “É a administração pública que determina as linhas, número de voltas, rotas, entre outras especificações do transporte coletivo. E cabe a ela fiscalizar se o serviço está sendo prestado como previsto”, declarou Sávio.

A vistoria realizada pela Prefeitura foi outro problema observado por Damasceno. De acordo com o membro do MP-BA, a inspeção era feita de forma irresponsável. O engenheiro encarregado não tinha aparatos técnicos suficientes para identificar aspectos mais graves como, por exemplo, situação do freio, motor, dentre outras mais complexas. “Quando um veículo era reprovado, não voltava à Secretária de Transportes para a mesma verificar se as irregularidades encontradas tinham sido sanadas. Havia uma permissividade da administração pública”, afirma.

DSC06584 Em dezembro do ano passado, o MP estadual acionou as duas concessionárias por conta da qualidade do serviço prestado à população feirense e investigou a incompetência da administração pública em conseguir identificar, dentro do contrato, se o mesmo estava sendo devidamente cumprido pelas concessionárias.

Solução do problema – Duas ações civis públicas pediram a caducidade do contrato de concessão das empresas Viação Princesinha do Sertão e Viação 18 de Setembro. Pouco depois das ações, as empresas de ônibus fecharam as portas, alegando dificuldade em linha de financiamento de combustível e

pararam de rodar na cidade

Outro problema encontrado durante a investigação, foi o início de uma nova licitação para substituição das concessionárias após o vencimento do contrato de concessão. “Mais um desleixo. Ou seja, a administração, sem motivo justo, deu ensejo a uma urgência”, informou Sávio.

Frota atual – Hoje, são duas novas empresas licitadas que rodam na cidade. Compraram uma frota nova, veículos zero quilômetro, todos com acessibilidade para o deficiente físico e com uma proposta serviço diferente para a cidade. O MP conseguiu incluir no contrato de concessão mecanismos eficientes para que a administração pública tivesse condições de verificar o seu cumprimento. Uma das cláusulas, por exemplo, estipula a obrigatoriedade de GPS em todos os veículos para que seja possível mapear a rota feita por eles.

O sentimento é de dever cumprido: “Ainda existem dificuldades, eram necessárias intervenções urbanísticas para solucionar o problema de transporte, até porque é um serviço que sofre interferência de diversos fatores como trânsito, planejamento urbano, não sendo um serviço isolado. Independente dos desafios que ainda tem por vir, nós conseguimos um grande avanço, que foi a realização desta nova licitação, um avanço absoluto na qualidade dos veículos e acessibilidade”, completa Sávio Damasceno.

Ascom/Ampeb

